



MEDIDAS EXCECIONAIS COVID-19

IDENTIFICAÇÃO DO/A REQUERENTE

Nome / Designação Comercial			
Morada (habitação própria permanente / Sede)			
Freguesia	Código Postal	Concelho	
E-mail	Telefone	Telemóvel	
N.º B.I. ou C.C.	Validade	NIF	

QUALIDADE DO/A REQUERENTE (o/a requerente declara ser)

<input type="checkbox"/> proprietário/a	<input type="checkbox"/> mandatário/a
<input type="checkbox"/> locatário/a	<input type="checkbox"/> usufrutuário/a
<input type="checkbox"/> titular do direito de uso e habitação	<input type="checkbox"/> outra (qual?)

(documento comprovativo apresentado)

<input type="checkbox"/> B.I. ou C.C.	<input type="checkbox"/> procuração	<input type="checkbox"/> outro (qual?)
---------------------------------------	-------------------------------------	--

NOTIFICAÇÃO (método de notificação preferencial)

<input type="checkbox"/> postal	<input type="checkbox"/> e-mail
<input type="checkbox"/> endereço indicado acima	<input type="checkbox"/> outro (qual?)

MOTIVO DO PEDIDO

vem requerer a V. Ex.ª a(s) isenção(ões)

<input type="checkbox"/> Tarifa fixa de resíduos e saneamento	Código consumidor da(s) instalação(ões)
<input type="checkbox"/> Renda(s)	<input type="checkbox"/> Teste PCR

DESCRIÇÃO

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro o meu consentimento de forma positiva e esclarecida, relativamente à recolha, tratamento e uso dos meus dados pessoais, para os fins de apresentação do presente requerimento, análise e respetiva tramitação interna, para requerimento medidas excecionais COVID-19.

Mais declaro que tomei conhecimento da Política de Privacidade em vigor no Município de Vila do Porto, que foi disponibilizada em anexo ao requerimento de instrução do presente apoio.

ASSINATURA DO/A REQUERENTE (pede deferimento)

Data	Assinatura
------	------------



ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS DE ENTREGA

O presente requerimento deve ser instruído com os seguintes elementos.
Assinale com o (x) todos os documentos que junta ao seu processo.

1. Requerimento

Empresas

1. Documento(s) de identificação do/a requerente
(reprodução do(s) documento(s) em fotocópia, devidamente salvaguardada pela Lei n.º 7/2015, de 5 de fevereiro)
2. Comprovativo do CAE
3. Declarações da Segurança Social e Autoridade Tributária comprovando a situação regularizada

Famílias

1. Documento(s) de identificação do/a requerente
(reprodução do(s) documento(s) em fotocópia, devidamente salvaguardada pela Lei n.º 7/2015, de 5 de fevereiro)
2. Declaração de IRS e/ou Declaração da Junta de Freguesia que comprove a situação do agregado familiar e respetiva morada de habitação própria permanente
3. Comprovativo de vencimento até 29 de fevereiro de 2020 e comprovativo de vencimento após 1 de abril de 2020

INFORMAÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Os dados pessoais recolhidos pelo Município de Vila do Porto no presente formulário, no âmbito do exercício de funções de interesse público, são os estritamente necessários para permitir o tratamento e resposta ao seu pedido de informação, à sua sugestão ou reclamação, enquadrando-se no artigo 6.º, n.º 1, alínea e), do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016.

Assim, nos termos do RGPD, informa-se ainda o seguinte:

- a) O Município de Vila do Porto é a entidade responsável pelo tratamento de dados, como definido no RGPD. As comunicações para o exercício dos direitos relativos à proteção de dados pessoais devem ser dirigidas ao Encarregado de Proteção de Dados, com o endereço de correio eletrónico dpo@cm-viladoporto.pt.
- b) Os dados recolhidos destinam-se apenas a ser utilizados pelos serviços do Município de Vila do Porto competentes para apreciar o pedido, sugestão ou reclamação, não estando prevista nenhuma transmissão para outras entidades.
- c) Os dados recolhidos serão conservados pelo tempo necessário à prossecução da finalidade para a qual foram recolhidos, sem prejuízo da necessidade de armazenamento desses dados para efeitos de cumprimento de obrigações legais, adotando o Município as devidas medidas de segurança, integridade e confidencialidade.
- d) O não preenchimento dos dados de carácter pessoal de preenchimento obrigatório inviabiliza o tratamento e resposta ao seu pedido de informação, à sua sugestão ou reclamação.
- e) Os dados recolhidos não são usados pelo Município de Vila do Porto para decisões automatizadas, nomeadamente não são tratados para a definição de perfis.
- f) O titular, relativamente aos dados pessoais que lhe digam respeito, tem os seguintes direitos:
- i. A exercer perante o Município de Vila do Porto: direito de informação; direito de acesso; direito de retificação dos dados inexatos; direito ao apagamento; direito à limitação do tratamento; direito de portabilidade dos dados; direito de oposição ao tratamento; direito a não ficar sujeito a decisões exclusivamente automatizadas, incluindo a definição de perfis; nas situações de consentimento, direito de retirar consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado.
- ii. A exercer perante o Encarregado de Proteção de Dados (através do email dpo@cm-viladoporto.pt): direito de apresentar exposições.
- iii. A exercer perante a autoridade de controlo (nomeadamente, Comissão Nacional de Proteção de Dados): direito de apresentar reclamação.
- iv. A exercer perante as instâncias jurisdicionais competentes: direito a ação judicial e a indemnização no caso de violação dos seus direitos.

Para mais informações sobre a Política de Privacidade do Município consulte o website da Câmara Municipal de Vila do Porto (www.cm-viladoporto.pt) em <http://www.cm-viladoporto.pt/SITE/documentos/index.php?idCat=239> ou envie um e-mail para dpo@cm-viladoporto.pt.